

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/07/2014 a 31/07/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Chinesa suspeita de piratear sementes de milho é presa nos EUA. Jacob Bunge – Valor Econômico, Agronegócios. 07/07/2014	4
Cooperativa capixaba vai exportar 45 mil sacas de robusta para Cuba este ano. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 09/07/2014.....	5
Ministério da Agricultura recebe comitiva indiana – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 11/07/2014.....	6
No jogo econômico, a China goleia o Brasil. Carlos Drummond – Site da Carta Capital, Economia. 13/07/2014	6
Empresários dos Brics querem usar moeda local em transações comerciais. André Uzêda, Patrícia Campos Mello e Sofia Fernandes – O Estado de São Paulo, Mercado. 14/07/2014.....	8
Setor privado quer ir além do Mercosul. Iuri Dantas – O Estado de São Paulo, Economia. 14/07/2014.....	10
Colômbia e Farc retomam negociações em Havana – O Estado de São Paulo, Internacional. 14/07/2014.....	11
Dilma defende ação conjunta de Brasil e Rússia em órgãos internacionais. Silvio Cascione e Leonardo Goy – O Estado de São Paulo, Geral. 14/07/2014.....	12
Russa PhosAgro terá trading na América Latina. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2014	13
O banco dos BRICS. Delfim Netto – Site da Carta Capital, Economia. 14/07/2014...	14
Acordo Comercial com a EU põe em risco a agricultura familiar equatoriana. Eloy Alfaro – Site da Carta Maior, Economia. 15/07/2014.....	15
Kepler Weber cria silo voltado ao mercado africano. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 16/07/2014	17
Protocolo de Nagoya entrará em vigor sem o Brasil. Herton Escobar – O Estado de São Paulo, Blogs. 16/07/2014	18
Brasil e China assinam 32 acordos. Lisandra Paraguassu e Tânia Monteiro – O Estado de São Paulo, Economia. 18/07/2014.....	20
Aberto processo de exportação de máquinas para África. Gabriela Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/07/2014.....	21
Organizações e Movimentos se reúnem em Moçambique para discutir o ProSavana. Gabriella Avila – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/07/2014	22
Problemas do ProSavana são discutidos na II Conferência Triangular dos Povos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 24/07/2014.....	22

Parar com ProSavana e redefinir políticas agrícolas inclusivas e sustentáveis – exigem os povos de Moçambique, Japão e Brasil. Isaura Suzete – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/07/2014 ... 23

Chinesa suspeita de piratear sementes de milho é presa nos EUA. Jacob Bunge – Valor Econômico, Agronegócios. 07/07/2014

Autoridades americanas prenderam um segundo cidadão chinês relacionado a uma suposta associação criminosa criada para roubar sementes de milho de alta tecnologia desenvolvidas por multinacionais americanas do setor agrícola.

Mo Yun foi presa em Los Angeles na terça-feira e indiciada no dia seguinte por supostamente participar de um esquema que já vigoraria há cinco anos. O crime estaria baseado em desenterrar sementes e roubar espigas de milho desenvolvidas por Monsanto, DuPont e LG Seeds, remetendo-as para Pequim em benefício de uma companhia chinesa de sementes, segundo autoridades americanas.

As empresas americanas do setor, que gastam bilhões de dólares por ano em pesquisa e desenvolvimento de sementes transgênicas, capazes de resistir a herbicidas e a pragas, estão cada vez mais na mira de roubos de segredos comerciais.

O indiciamento de quarta-feira se seguiu à prisão, no ano passado, de Mo Hailong, irmão de Mo Yun, segundo as autoridades. A Justiça americana acusou Mo Hailong, ao indiciá-lo em dezembro, de comandar a suposta associação criminosa. Um alto funcionário da DuPont disse às autoridades em 2011 que tinha visto Mo Hailong desenterrando sementes em um campo de testes em Iowa, segundo acusação movida contra ele pelo Ministério Público Federal americano em dezembro.

Mo Yun, de 41 anos, é esposa de Shao Genhuo, fundador e presidente do conselho de administração da Beijing Dabeinong Technology Group, ou DBN, um conglomerado chinês que controla uma empresa de sementes de milho, segundo acusações movidas contra ela no Tribunal de Primeira Instância da Comarca do Sul de Iowa. Shao e a DBN não foram acusados de qualquer delito. Não foi possível contatar de imediato representantes da DBN para ouvir seus comentários.

Tanto Mo Yun quanto Mo Hailong trabalharam na DBN, disseram os procuradores na denúncia. Mo Yun trabalhou na DBN de 2001 a 2009 e comandou sua diretoria de projetos de pesquisa, segundo a acusação. Mo Yun foi recolhida à prisão federal americana na tarde de quarta-feira. O advogado que a representa também não pôde ser contatado de imediato para comentar o caso.

O advogado de Mo Hailong, que está detido e se declarou inocente das acusações, preferiu não comentar o caso de Mo Yun. Mo Hailong deverá ir a julgamento em dezembro. Cinco outros indivíduos foram indiciados na suposta armação, disseram autoridades.

Mo Yun teria discutido com outros réus acusados no processo sobre que tipo de sementes "coletar", sobre possíveis compras de terras agrícolas e sobre a possível necessidade de contar com mais pessoal nos EUA para ajudar a recolher sementes, escreveram os procuradores na acusação de quarta-feira.

Nick Klinefeldt, procurador-geral federal da Comarca do Sul de Iowa, disse que a investigação terá prosseguimento e que possivelmente mais empresas de sementes

foram alvo do suposto esquema. "Na medida em que obtivermos mais informações, continuaremos a investigar".

Um porta-voz da DuPont disse que a empresa continuará a colaborar com o Ministério Público americano e com o Federal Bureau of Investigation (FBI) sobre a questão. Uma porta-voz da AgReliant Genetics, controladora da LG Seeds, preferiu não comentar o processo por ele estar em curso. Um porta-voz da Monsanto não deu retorno às solicitações de comentários.

As preocupações das multinacionais do setor e de autoridades do governo americano com a espionagem industrial chinesa vêm aumentando. Nos últimos anos, pessoas foram condenadas por roubar segredos comerciais de empresas como a Ford Motor, o CME Group e a Boeing em favor de interesses chineses. O governo chinês negou reiteradamente qualquer envolvimento nessas empreitadas.

A prisão de Mo Hailong coincidiu com as detenções de Weiqiang Zhang e de Wengui Yan, dois cidadãos chineses acusados em outro processo, referente a uma associação criminosa dedicada a roubar sementes da Ventria Bioscience, responsável pelo desenvolvimento de um arroz transgênico. Os dois réus dessa ação se declararam inocentes. (Tradução de Rachel Warszawski)

Cooperativa capixaba vai exportar 45 mil sacas de robusta para Cuba este ano. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 09/07/2014

A Cooperativa Agropecuária Centro-Serrana (Coopeavi), com sede em Santa Maria de Jetibá, na região serrana do Espírito Santo, deverá exportar 45 mil sacas de café conilon (robusta) para Cuba neste ano, por cerca de US\$ 5,5 milhões. É o segundo ano consecutivo em que a cooperativa embarca o produto ao país caribenho no âmbito de um programa do governo de apoio aos cubanos.

Em 2014, os embarques da Coopeavi vão mais que dobrar em relação ao volume de 2013, que somou 20 mil sacas e rendeu US\$ 3 milhões, segundo Giliarde Cardoso, analista da cooperativa. Os embarques deste ano envolvem café produzido por cerca de 200 famílias.

Conforme informações fornecidas pela cooperativa, os embarques do produto para Cuba, divididos em cinco lotes, foram iniciados em maio. Contemplam o café conilon tipo 7, considerado de bom padrão de qualidade. Em Cuba, o produto é industrializado e direcionado ao governo local, que o inclui na cesta básica.

Neste ano, uma delegação cubana visitou novamente a Coopeavi para verificar sua estrutura e definir a continuidade das exportações. Para realizar os primeiros embarques, no ano passado, a Coopeavi participou de um processo de seleção organizado pelo governo cubano.

A ampliação dos embarques de café da Coopeavi para Cuba é mais um passo da cooperativa em sua frente exportadora. Há 13 anos, a cooperativa começou a receber café e as exportações da commodity começaram apenas em 2011. Com 8,5 mil cooperados, cerca de 5,6 mil cafeicultores, a Coopeavi exportou, no total, 23,7 mil sacas de café em 2013, ante 3,8 mil em 2012.

Ministério da Agricultura recebe comitiva indiana – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 11/07/2014

Audiência em Brasília discute temas de interesse do mercado indiano

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) recebeu na manhã desta sexta-feira (11) uma comitiva da Índia para uma reunião com investidores do país. A comitiva indiana conta com o presidente da UPL Group (empresa que mais investe no mercado brasileiro), Jai Shroff, e com o representante do governo da Índia, Suresh Prabhu.

Vários temas foram discutidos, dentre eles, o interesse no mercado brasileiro de químicos e fertilizantes e a expansão de produtos agrícolas que não são tradicionais no Brasil, como por exemplo, a produção de grão-de-bico, lentilha e canola. O objetivo principal é que o Mapa desenvolva um programa para fomentar essas culturas no Brasil para atender a demanda do mercado indiano.

No jogo econômico, a China goleia o Brasil. Carlos Drummond – Site da Carta Capital, Economia. 13/07/2014

No comércio bilateral, a China ataca com a indústria e o Brasil se defende com commodities

O presidente da China, Xi Jinping, acompanhado de 200 empresários, programou visita ao Brasil a partir deste domingo 13 para assistir à final da Copa do Mundo, estreitar os laços econômicos com o País e participar da VI Cúpula do Brics, bloco composto também por Rússia, Índia e África do Sul. Os governos de Jinping e de Dilma Rousseff comemoram o volume recorde de comércio, de 83,3 bilhões de dólares em 2013, e as perspectivas de expandi-lo.

Para o Brasil, melhor seria, porém, rediscutir os termos de troca com a China. Produtos primários, de alta volatilidade e baixo valor agregado, continuam a dominar as exportações brasileiras. Soja, minério de ferro, petróleo, celulose e açúcares responderam por mais de 87% do valor no ano passado.

O inverso ocorreu nas exportações chinesas. Máquinas, aparelhos, materiais e peças elétricas e mecânicas, produtos químicos orgânicos, automóveis, tratores, de valor agregado elevado e geradores de empregos bem remunerados, compuseram cerca de 60% das vendas ao Brasil. Chama a atenção a presença de produtos tradicionalmente fabricados por indústrias locais, entre eles aparelhos de ar condicionado, lâmpadas elétricas, motores, torneiras, veículos, peças para veículos, carrinhos para crianças e bicicletas.

O problema não é o predomínio das commodities nas vendas brasileiras, nem o dos manufaturados nas da China, mas a quase inexistência de exportações de itens produzidos pela ampla e diversificada indústria nacional. Há uma especialização radical das pautas, com clara desvantagem para o País. Cada item importado representa investimentos, fábricas e empregos subtraídos da economia brasileira. O impacto negativo é proporcional à extensão e à variedade da pauta de industrializados chineses,

composta também por transformadores elétricos; aquecedores elétricos de água; aparelhos e partes para telefonia, telegrafia, rádio e televisão; fios, cabos, motores, geradores, bombas e compressores de ar, guindastes, fornos industriais ou de laboratório, válvulas, partes e acessórios para veículos, motocicletas, reboques e tratores, entre outros produtos.

O aumento dos investimentos chineses no País, para um total de 68 bilhões de dólares entre 2007 e 2012 e a sua diversificação parece reproduzir o padrão observado na balança comercial. As inversões antes voltadas quase exclusivamente para assegurar o suprimento de commodities, agora abrangem setores como o de infraestrutura e transportes, mas o desequilíbrio em favor da China se mantém, como mostra o caso dos trilhos de ferrovias.

A fabricação de trilhos no Brasil pela Cia Siderúrgica Nacional cessou na década de 1980, considerada perdida para a economia. O governo detinha o controle da empresa e das ferrovias. A retomada de iniciativa do Estado no setor ocorreu com a política de privatização generalizada da década de 1990, inclusive da CSN e da malha ferroviária, focada no reforço do caixa do Tesouro. Em 2004 começou-se a planejar um novo marco regulatório. O Programa de Investimentos em Logística do atual governo prevê a estruturação da rede ferroviária completa necessária ao escoamento da produção nacional (prevê-se a concessão de 10 mil quilômetros de ferrovias neste ano), mas não foi acompanhado de um plano de preparação da indústria nacional para atender a demanda hoje suprida por trilhos fabricados na China com minério de ferro importado do Brasil. Neste ano, as importações deverão atingir 146 mil toneladas, 20% acima de 2013.

As siderúrgicas brasileiras alegam não existir escala suficiente para justificar a produção local. Fosse a CSN ainda uma empresa estatal, poderia tomar a decisão de produzir trilhos e as siderúrgicas privadas certamente acompanhariam o movimento. Como ocorreu na crise mundial de 2008, quando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal baixaram os juros por determinação do governo e foram acompanhados pelos bancos privados. A decisão permitiu ao País prosseguir na trajetória de crescimento após um breve período recessivo de dois meses.

A subutilização da indústria nacional é um dos problemas da importação de trilhos. Outro é a má qualidade ou inadequação do produto chinês, ao contrário daquele produzido no passado pela CSN. Situação semelhante ocorreu com vagões comprados da China.

Empresas como a chinesa CNR, a GE e a Alstom levam o naco mais valioso das encomendas para ferrovias, metrô e mon trilhos. Ao Brasil, restou fabricar vagões para minérios, de valor agregado muito menor, pelas indústrias Randon Implementos, Maxion e a Usiminas.

Não foi sempre assim. A Cobrasma, que operou até 1998, fabricava vagões de carga e para passageiros, de subúrbios ou de longo curso, trens-unidade elétricos, carros de metrô, veículos leves sobre trilhos (VLT) e aparelhos de mudança de vias. Foi uma das mais importantes empresas brasileiras (seu proprietário, Luis Eulálio de Bueno Vidigal, presidiu a Fiesp) e, não houvesse a degradação da indústria brasileira em decorrência da

perda da terceira revolução industrial e da crise da dívida, entre as décadas de 1970 e 1980; da abertura comercial com câmbio valorizado e juros altos nos anos 1990; e da manutenção dos juros altos e real valorizado a partir de 2003, provavelmente teria se atualizado e haveria uma chance de ser mundialmente competitiva. A sua diversificação sugere um potencial considerável. A Cobrasma dividia com outra grande empresa, a Mafersa, o mercado de composições ferroviárias brasileiro.

Não se percebe uma mudança significativa no horizonte. O anúncio da assinatura de um memorando de cooperação sino-brasileira na área de ferrovias durante a visita de Xi Jinping menciona apenas parcerias entre empresas para disputar concessões no País. A China Railway Construction Corporation buscará parceiras no Brasil para disputar a concessão do trecho entre Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, e Campinorte, em Goiás. A China Railway Engineering Corporation pretende participar do projeto de uma ferrovia do Maranhão até o Peru. Do lado chinês, viriam capital, investimento e conhecimento tecnológico e das parceiras brasileiras, experiência em atuar em regime de concessão. Como as partes mais rentáveis de um empreendimento do ramo são a construção e a venda de material ferroviário, a vantagem ficaria novamente do lado chinês também nesses investimentos em logística e transportes. A relação confirma uma consideração do ex-ministro Delfim Netto, colunista de CartaCapital: o negócio da China só existe para os chineses.

Empresários dos Brics querem usar moeda local em transações comerciais. André Uzêda, Patrícia Campos Mello e Sofia Fernandes – O Estado de São Paulo, Mercado. 14/07/2014

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) proporá nesta terça-feira (15) aos chefes de Estado reunidos na cúpula dos Brics em Fortaleza que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul utilizem suas próprias moedas em transações entre si, em vez de dólares e euros.

A proposta, feita pelos brasileiros, foi apresentada em reunião nesta segunda-feira (14), em Fortaleza, para discutir maneiras de fortalecer a integração econômica e intensificar investimentos entre eles.

A sugestão constará em uma carta assinada por empresários dos cinco países, vai ao encontro da posição defendida pelos governos em questão de que o grupo ofereça alternativa ao sistema institucional liderado hoje pelos EUA e potências europeias, inclusive com a criação de seu próprio banco.

O encontro empresarial dá início à sexta cúpula do Brics, grupo formado por essas cinco economias emergentes. A ideia é aproveitar a aliança política dos países membros do bloco, formalizado em 2009, para emplacar uma agenda econômica prática.

A primeira ação do grupo de empresários será encaminhar aos chefes de estado dos cinco países um relatório, com propostas e conclusões tomadas após um ano de diálogo.

Segundo Robson Braga de Andrade, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a proposta de uso de moeda local visa reduzir custos de transação.

"Uma iniciativa importante seria realizar a troca direta de moeda entre os países do Brics, algo que diminuiria os custos de transação e facilitaria a negociação entre os países associados. Em um eventual negócio poderíamos trocar yuan por rubros, ou reais por rand sul-africanos, por exemplo. Reduziria custos e aumentaria o rol de influência entre os países", afirmou Andrade.

Facilitar a emissão de vistos para empresários dos países do bloco também é uma recomendação do grupo empresarial dos cinco países, e a padronização de normas técnicas, também.

BANCO

Os empresários confiam na criação do Banco de Desenvolvimento dos Brics, que será oficializado nesta cúpula, para facilitar comércio, negócios e investimentos e o uso das moedas locais nas operações.

"O banco seria responsável pelo dinheiro transacionado. Isso seria fundamental, por exemplo, para o estabelecimento de empresas brasileiras no exterior", disse Andrade.

A instituição terá foco no financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento, não apenas membros dos Brics.

O capital inicial do banco será de US\$ 50 bilhões, que pode ser ampliado para US\$ 100 bilhões. A posição majoritária é de divisão igualitária do capital, mas a China faz pressão para ter mais participação do que seus parceiros de bloco.

CHINA

Sobre a postura da China como um competidor desleal, com produtos manufaturados a preços inferiores aos de mercado, Andrade afirmou que sempre houve reclamação entre empresários brasileiros em relação aos produtos chineses, mas que há mudanças em curso.

A China está sim "muito à frente" do Brasil no quesito infraestrutura, afirma Andrade, o que é uma grande vantagem competitiva para eles. Mas está competindo agora dentro de um ambiente diferente, mais enquadrado em questões trabalhistas e ambientais.

"Cada país tem suas especificações que acabam gerando reclamação do empresariado. A China agora, por exemplo, enfrenta questões trabalhistas e ambientais e vai aprender a conviver com este tipo de ambiente e pressão. Por outro lado, eles estão à frente nas questões de infraestrutura, enquanto a nossa ainda não é a mais adequada", afirma o presidente da CNI.

Segundo ele, é possível também avançar na relação sobre barreiras técnicas, padronizando normas entre os países.

"Reuniões deste tipo sempre avançam sobre mecanismos de formalização. Questões que permitam melhorar a relação e moldar as barreiras técnicas de cada país."

NEGÓCIOS

Pela estimativa da CNI (Confederação Nacional da Indústria), representantes de 602 empresas vão tentar colocar em prática negócios com potencial de movimentar US\$ 3,9 bilhões.

Do Brasil, estão presentes representantes de empresas como Banco do Brasil, Vale, Gerdau, BRF, Marcopolo, entre outras.

Há muitas áreas de interesse dos empresários presentes - agronegócio, infraestrutura, logística, transporte, energia e economia verde.

DILMA

Nesta segunda-feira, os governos dos cinco países fizeram uma crítica à política monetária dos países desenvolvidos no comunicado assinado por seus ministros do Comércio.

No texto, afirmaram ver com preocupação o lento processo de recuperação econômica e dizem que "as respostas de política econômica dos países desenvolvidos podem aumentar a volatilidade do mercado financeiro e causar desdobramentos não desejáveis da economia ", informou o ministro do Desenvolvimento, Mauro Borges.

Nesta terça, a presidente Dilma Rousseff deve criticar a lentidão nas reformas das instituições multilaterais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, enquanto destaca os avanços do Brasil em inclusão social, apurou a Folha.

Setor privado quer ir além do Mercosul. Iuri Dantas – O Estado de São Paulo, Economia. 14/07/2014

Representantes da indústria e da agricultura esperam convencer presidentiáveis a buscar acordos comerciais com outros países e blocos

BRASÍLIA - Historicamente fechada, a economia brasileira precisa buscar acordos de comércio com outros países e blocos e revisar normas do Mercosul, para evitar perdas de competitividade e maior isolamento do País. De diferentes maneiras, é com essa mensagem que representantes da indústria e da agricultura esperam convencer os presidentiáveis Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos a se engajar em negociações com Estados Unidos, União Europeia e outras economias de vulto a partir do próximo mandato.

Pela primeira vez na história, o setor privado está unido para pressionar o governo a trilhar concomitantemente dois caminhos: aprovar reformas domésticas, com o objetivo de reduzir o custo Brasil, aliadas a diálogos com parceiros internacionais. A estratégia é capitaneada pelas confederações da Indústria e da Agricultura e Pecuária, que concordam no diagnóstico sobre os últimos anos: o País perdeu uma grande chance de obter vantagens maiores para nossos produtos no exterior durante o auge da crise financeira.

"Muito tempo foi desperdiçado com o debate sobre a ordem cronológica das medidas para a redução dos custos e o aumento da competitividade dos produtos brasileiros", diz a Confederação Nacional da Indústria em documento enviado aos presidentiáveis,

obtido pelo Estado. "As transformações no cenário global sugerem que não há mais espaço para discutir o que deve vir primeiro ou depois."

Uma das administrações mais atuantes em medidas de estímulo à indústria, com dezenas de pacotes de cortes de impostos e linhas de crédito setoriais, o governo Dilma Rousseff é criticado por ações consideradas protecionistas. Automóveis produzidos fora do Mercosul pagam uma alíquota adicional de 30 pontos percentuais de IPI, e diversos outros produtos receberam uma tarifa maior de PIS/Cofins.

Mercosul. Tanto industriais quanto agricultores defendem a continuidade do Mercosul - a união aduaneira formada pelo Brasil com os vizinhos Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela - mas pedem uma reformulação das regras, pois "sua agenda econômica está estagnada", como define a CNI aos presidentiáveis.

"O Mercosul representa uma posição política muito importante para o Brasil, mas hoje não é suficiente para a indústria brasileira, não é suficiente para nossa produção", afirmou Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da confederação. "Chile, Colômbia, Peru e México, se juntando na Aliança do Pacífico, têm uma visão mais estratégica, estão se juntando ao lado asiático onde tem mais tecnologia, é um lado que o Brasil hoje não está conseguindo penetrar, só entramos com produtos primários." As entidades patronais defendem a reformulação de uma norma adotada pelo Mercosul no ano 2000 que regula a negociação conjunta em acordos comerciais. Um "redesenho" dessa norma permitiria ao Brasil buscar acordos com outros países rapidamente. "O Mercosul deu no que tinha que dar nesse formato", resume Alinne Betania Oliveira, superintendente adjunta de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura.

Recomendações. A revisão de normas e objetivos do Mercosul, com o Brasil assumindo "um papel de liderança", é uma das quatro recomendações dos industriais aos presidentiáveis. Em primeiro lugar, a sugestão de industriais e agricultores visa a um reforço do multilateralismo e participação brasileira em temas que hoje se conectam com o comércio do que se produz no País, como negociações sobre as mudanças climáticas e segurança alimentar.

O segundo ponto em que as agendas do agronegócio e do setor de manufaturados se cruzam embute uma reformulação da atual política comercial brasileira. Após anos de conversas sobre uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), defendida por Fernando Henrique Cardoso e enterrada por Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil concentrou todos os esforços em uma rodada de liberação comercial na Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que também não avançou. Agora, as confederações pedem um enfoque adicional: acordos preferenciais com Estados Unidos, União Europeia e emergentes como África do Sul, Índia e México.

Colômbia e Farc retomam negociações em Havana – O Estado de São Paulo, Internacional. 14/07/2014

Tema a ser discutido é a questão da reparação às vítimas do conflito, que já dura quase meio século

COLÔMBIA - O governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) retomam nesta terça-feira, 15, as negociações de paz em Cuba. Serão as primeiras conversas desde a reeleição do presidente Juan Manuel Santos, no mês passado. O tema a ser discutido é a questão da reparação às vítimas do conflito, que já dura quase meio século.

Reuniões preparatórias ocorreram na semana passada em Havana. Conforme o acordado em junho, a discussão deve envolver reparação, a criação de uma comissão da verdade e garantias de que o conflito não se repetirá.

As negociações começaram em 2012. Três dos seis pontos previstos já foram fechados: reforma agrária, participação política e questão das drogas. / EFE

Dilma defende ação conjunta de Brasil e Rússia em órgãos internacionais. Silvio Cascione e Leonardo Goy – O Estado de São Paulo, Geral. 14/07/2014

A presidente Dilma Rousseff defendeu nesta segunda-feira uma atuação coordenada entre Brasil e Rússia em organismos internacionais, sobretudo os econômicos, após reunião bilateral com o presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Segundo Dilma, os dois países discutiram a perspectiva de conclusão de acordos para a criação de um banco de desenvolvimento e um fundo de reservas emergenciais durante a 6ª Cúpula dos Brics, que ocorre a partir desta segunda-feira em Fortaleza.

"Nossos países estão entre os maiores do mundo e não podem se contentar em pleno século 21 com dependências de qualquer espécie", afirmou Dilma, em declaração à imprensa após a reunião com Putin. "Reiteramos ser essencial a atuação coordenada de nossos países na agenda do G20... O mesmo ocorre no que tange à ação ativa de Brasil e Rússia em todas as instituições", disse a presidente, defendendo ainda a necessidade de tornar o Fundo Monetário Internacional (FMI) um mecanismo "realmente multilateral e democrático".

Entre os acordos assinados entre Rússia e Brasil nesta segunda-feira, há um plano de ações para elevar o patamar de comércio bilateral entre os dois países, focado em áreas como agronegócio, energia, inovação e alta tecnologia, aeronáutica, indústria farmacêutica e turismo.

A presidente aproveitou a ocasião para cumprimentar a Rússia sobre a posição que vem mantendo com relação ao conflito na Síria, onde uma guerra civil de três anos já matou mais de 150 mil pessoas.

O governo russo tem se mantido contrário a sanções ocidentais contra a Síria e teve participação importante nas negociações para a entrega do arsenal sírio de armas químicas.

"Nessa ordem multipolar é necessário adotar como prioridade a resolução consensual e pacífica de conflitos. Cumprimentamos as posições russas a respeito da questão da Síria", disse Dilma.

O Brasil sedia em Fortaleza a partir desta segunda-feira a reunião de cúpula de chefes de Estado e de governo do Brics, grupo formado por Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.

Russa PhosAgro terá trading na América Latina. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2014

A companhia russa PhosAgro, segunda maior produtora global de fertilizantes derivados do fosfato, planeja estabelecer sua própria "trading" na América Latina para comercializar diretamente seus produtos na região, revelou Andrey Guryev, CEO da empresa, ao Valor.

Apesar da prudência do executivo, que aguarda a definição de alguns detalhes para anunciar oficialmente a novidade, considera-se em Moscou que a "trading" deverá ficar no Brasil, um dos maiores mercados da PhosAgro. As exportações da empresa ao mercado brasileiro, um dos maiores importadores de fertilizantes do mundo, representaram 13% de seu faturamento global em 2013.

"O Brasil é um dos mercados mais importantes para nós e estamos muito otimistas sobre o futuro de sua agricultura", disse Guryev. "Começamos a produzir novas categorias de fertilizantes em resposta à demanda de consumidores no país".

Em 2013, a PhosAgro exportou ao Brasil 800 mil toneladas, que geraram receita de pelo menos US\$ 400 milhões. O país absorveu mais da metade dos embarques para a América Latina, que alcançaram 1,5 milhão de toneladas e representaram 25% das vendas globais. "Estamos otimistas sobre vários cultivos-chave no Brasil, como milho e soja, e vemos em geral forte crescimento para a demanda por nossos produtos", disse o executivo. "O crescimento da população e a redução de terra arável per capita significam que os agricultores precisam produzir mais por hectare para atender à demanda. E o aumento do padrão de vida em várias partes do mundo está levando a um crescimento do consumo de carnes. Tudo isso requer insumos".

Os planos de expansão da companhia no Brasil "coincidem" com o encontro do presidente Vladimir Putin hoje com a presidente Dilma Rousseff, quando os dois governos vão reafirmar o objetivo de tentar chegar logo ao montante de US\$ 10 bilhões em trocas comerciais. O comércio bilateral já chegou a US\$ 8 bilhões, mas caiu a US\$ 6 bilhões em virtude da crise econômica global.

A companhia russa segue a tendência de outras grandes companhias de fertilizantes, que têm montado operações diretas no Brasil e na América Latina para agilizar as vendas e elevar margens. Mas nem tudo são flores. A PhosAgro reclama que o Brasil impõe tarifa de 6% sobre a entrada de seu fosfato diamônico (DAP), fertilizante à base de fosfato mais produzido no mundo. "Isso é injusto, nossos produtos estão entre os mais puros e de melhor qualidade no mundo" afirmou Guryev.

O executivo reclama que a alíquota que foi estabelecida pelo Brasil torna seu produto menos competitivo do que concorrentes americanos. Ele afirma não compreender porque os agricultores ou consumidores de alimentos no Brasil se beneficiariam dessa situação, já que acredita que seus produtos são mais seguros.

As companhias russas de fertilizantes tiveram os lucros afetados em 2013 por condições meteorológicas adversas e pela quebra da aliança entre Rússia e Belarus nas vendas de potássio, que sacudiu o mercado global de fertilizantes. A Uralkali e a Belaruskali eram parceiras na venda de potássio, com mais de 40% do mercado mundial.

Guryev diz que, ainda assim, a receita de sua empresa subiu para cerca de US\$ 3,2 bilhões e a margem Ebitda seguiu em 23%. Para 2014, a companhia espera uma melhora geral, com uma demanda na América Latina particularmente forte. O mercado financeiro também aposta nisso. As ações da PhosAgro já subiram 32% este ano, uma alta recorde.

Guryev aposta que tem vantagens. Diz que a PhosAgro já é o número um global na produção de fosfato de rocha de alta qualidade. A empresa está investindo para ampliar a produção. O foco é melhorar a eficiência energética em uma nova linha de amônia com capacidade para 760 mil toneladas por ano. Como a amônia é outra matéria-prima para vários fertilizantes, servirá de base para a empresa aumentar a produção de produtos com mais valor agregado, ao invés de vender fosfato de menor preço para o mercado.

O banco dos BRICS. Delfim Netto – Site da Carta Capital, Economia. 14/07/2014

Criar a instituição pode ser interessante, mas não a ponto de mudar a perspectiva de desenvolvimento das economias dos países

Nesta terceira semana de julho, a partir do dia 15, terça-feira, acontece em Fortaleza mais uma das chamadas reuniões da Cúpula de Líderes dos BRICS (os representantes no mais alto nível dos governos do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), quando se espera ser formalizada a criação de um Banco de Desenvolvimento com capital de 100 bilhões de dólares para financiar investimentos nos países do bloco. E simultaneamente avançar na organização de um fundo denominado Arranjo Contingente de Reservas para atuar em momentos de crise concedendo linhas de crédito a países que sofram dificuldades em seus balanços de pagamentos.

A ideia da criação desses organismos cristalizou-se nos últimos meses a partir da convicção de que dificilmente haverá progressos na tentativa de reforma que daria aos países emergentes mais poderes nas votações do Fundo Monetário Internacional, conforme acordo de 2010, que previa a ampliação de suas cotas. Entrando em vigor a reforma, o Brasil passaria a ter aumentado o poder de voto de sua cota de 1,72% para 2,21%.

O acordo não prosperou, porque o governo dos Estados Unidos não conseguiu que o Congresso aprovasse as mudanças combinadas, apesar das tentativas do presidente Barack Obama. Ele chegou a incluir a reforma da participação dos países no FMI dentro de um pacote que estabelecia a ajuda financeira à Ucrânia (que foi aprovada no Congresso), mas não teve o mesmo sucesso no caso das cotas.

Não se deve exagerar a importância que o Banco dos BRICS poderá desempenhar nas atividades de fomento do desenvolvimento econômico de cada um dos países do bloco. Sua criação não é uma necessidade premente, uma questão vital, mas faz parte de um

processo de confrontação com organismos como o FMI e o Banco Mundial, que têm falhado muito no seu relacionamento com as economias emergentes.

China e Brasil são integrantes do bloco desses cinco países, cujo PIB alcança 16,2 trilhões de dólares, que ultrapassa a soma do Produto dos países da Zona do Euro e que têm em conjunto uma população superior a 3 bilhões de pessoas. Hoje, nesse processo de confrontação, a China está procurando desempenhar o papel que os Estados Unidos têm em todas essas organizações internacionais. Ela vem ocupando cada vez mais posições na medida da velocidade em que sua economia cresce a taxas mais robustas do que as de seus concorrentes.

A criação do banco e o funcionamento do Arranjo Contingente poderão ser muito interessantes, mas não a ponto de mudar a perspectiva de desenvolvimento das economias dos BRICS. No fim das contas, 100 bilhões de dólares para repartir entre as cinco economias não representam uma oferta de recursos tão extraordinária que justifique a relevância às vezes exagerada que lhe atribuem. Para o Brasil, eles serão simplesmente instrumentos úteis para a discussão, em igualdade de condições, com Rússia e Índia, por exemplo, de questões relacionadas a seus investimentos que estejam fora do interesse ou do alcance de outros organismos ou fóruns internacionais.

Na organização do banco de fomento dos BRICS, negocia-se a participação de cada um no capital. Aparentemente a questão não está definida, embora se diga que a China entrará com a maior parcela, algo como 41 bilhões de dólares. Caberia ao Brasil, à Índia e à Rússia aportes de 18 bilhões de dólares cada um, com os restantes 5 bilhões de dólares à África do Sul.

A realidade é que a China já é o “pote de ferro”, no grupo, e os demais são os “potes de barro”. Se tiver uma participação maior no capital, ela fará, obviamente, um número maior de votos que os demais e assumirá a direção do banco. Pode-se fazer um arranjo a respeito desse posicionamento, mas de modo geral não é a coisa mais conveniente. Há várias formas de combinar os procedimentos, mas a experiência mostra que ao final quem detém mais votos não precisa ceder o mando.

Seria preferível, contudo, começar numa igualdade de condições. Havendo uma participação igual no capital, pode-se convencionar uma direção rotativa, começando pelo chinês, mas trocando de dois em dois anos para que os cinco participantes cheguem à presidência.

Acordo Comercial com a EU põe em risco a agricultura familiar equatoriana. Eloy Alfaro – Site da Carta Maior, Economia. 15/07/2014

O estabelecimento de um Acordo Comercial com a União Europeia representa uma ameaça aos trabalhadores rurais equatorianos e a todos que eles alimentam

As organizações camponesas e indígenas equatorianas, durante várias décadas e por meio de diversos processos, lutaram para que o Estado promova políticas favoráveis para a pequena e média agricultura do país. Um avanço importante foi o reconhecimento da soberania alimentar na Constituição de 2008.

No entanto, a possibilidade de estabelecer um acordo comercial com a União Europeia representaria uma ameaça para a subsistência dos trabalhadores rurais do Equador, suas famílias e todas as pessoas que eles alimentam.

Oitenta e oito por cento do total das unidades produtivas agropecuárias no Equador corresponde à agricultura familiar. Isso representa um total de 739.952 UPAs (Unidades de Produção Agropecuárias), que ocupam 41% do total da terra produtiva no Equador. Além disso, as unidades de produção menores do que 20 hectares abastecem 41% da produção de leite, 63% da produção de batata, 46% da produção de milho e 48% da produção de arroz.

No país, 63% das UPAs correspondem a propriedades de pequenos e médios produtores, com terrenos de até 5 hectares. Destas, 29% contavam com menos de 1 hectare. Apenas 14% dos terrenos menores de 20 hectares têm alguma forma de irrigação; 92,6% dos agricultores não têm acesso a crédito e 93,2% não têm assistência médica.

A possível assinatura desse Acordo Comercial implica que esses agricultores deveriam competir com a União Europeia, que é o maior exportador de alimentos elaborados, o segundo maior exportador de lácteos e de porco, e o terceiro maior exportador de aves de criação e de trigo. A União Europeia mantém subsídios anuais diretos de cerca de 28,2 milhões de euros, que saem dos 50 bilhões de euros do orçamento da Política Agrária Comum (PAC).

Impactos

Setor leiteiro. O setor leiteiro europeu recebe subsídios anuais entre 1,2 e 2 bilhões de dólares. Um produtor médio de leite na Alemanha recebe mais de 8 mil euros anuais em subsídios diretos (2,6 dólares por cada diariamente). Existe, além disso, um subsídio à exportação de leite e seus derivados destinados às dez maiores empresas exportadoras de leite, com a finalidade de tornar seu produto “mais competitivo” e poder colocá-lo no mercado internacional a um preço mais baixo do que o real.

No Equador, não existem subsídios à produção de leite. Mais de 900 mil pessoas dependem diretamente dessa produção e garantem o abastecimento de leite no país. Essa atividade gera cerca de 700 milhões de dólares por ano.

Sementes. A normativa geral do Equador garante a livre circulação de sementes, bem como sua conservação e recuperação. Essa atividade, associada à cultura, práticas e conhecimento tradicional dos agricultores, base para a produção alimentar, poderia ser afetada pela assinatura do Acordo Comercial.

Um dos requisitos da União Europeia nos acordos assinados com a Colômbia e com o Peru é a obrigatoriedade de aderir a um acordo de propriedade intelectual chamado UPOV 91 (União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais). Esse acordo coloca em risco as sementes dos agricultores, necessárias para a segurança alimentar do país, pois exige que as sementes sejam novas, homogêneas e estáveis, além de outorgar mais direito às empresas que possuem o “direito de obtentor”. Além disso, impõe-se um sistema de registro de sementes no qual as sementes dos pequenos agricultores não

poderão ser registradas e, em alguns países, como a Colômbia, o plantio dessas sementes é ilegal e sua livre circulação é proibida.

Compras públicas. O setor das compras públicas tem uma grande importância na economia do país, representando em 14% do PIB em 2011. Por isso, o Serviço de Contratação Pública (Sercop) expediu a Resolução INCOP RE-2013-089 (modificada pela Resolução INCOP RE-2013-092), para que, só no caso de não haver produtores equatorianos que possam abastecer no Estado, abram-se concursos para provedores de origem estrangeira.

No âmbito agrícola, esperava-se que uma das medidas para a reativação do campo fosse a inclusão dos pequenos e médios agricultores nas compras públicas para os programas sociais. De fato, houve avanços significativos nesse âmbito, como a provisão de alimentos para os Centros Infantis do Bom Viver em 8 estados do país, além da criação do Instituto de Provisão de Alimentos.

Essas iniciativas correm o risco de desaparecer, pois as licitações de compras públicas estariam também abertas para as empresas européias, por conta da cláusula do trato nacional e do capítulo específico sobre esse tema.

A Proposta

A proposta, em primeiro lugar, se baseia no fato de o Estado apoiar uma transição para a soberania alimentar a fim de garantir o acesso dos trabalhadores rurais aos recursos produtivos: terra, água e sementes. Programas específicos para o fomento de um modelo tecnológico sustentado na agroecologia, tal como está na Lei de Soberania Alimentar e no Plano Nacional do Bom Viver, pois essa é a forma de produzir alimentos saudáveis, com insumos locais, respeitando os recursos naturais, conjugando o conhecimento tradicional com os avanços científicos e garantindo fontes de trabalho.

Em segundo lugar, solicitamos que as negociações se tornem públicas, que se promova um debate em nível nacional sobre as implicações desse Acordo Comercial para a cidadania.

Finalmente, fazemos um chamado a outros setores da sociedade civil para que conheçam mais sobre esse tema e se integrem ao debate. Solicitamos ao Estado que siga defendendo e construindo a soberania alimentar em nosso país.

Kepler Weber cria silo voltado ao mercado africano. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 16/07/2014

Há um ano, Oliver Colas visitou países da África e ficou chocado com a quantidade de grãos perdidos pelos agricultores familiares em países como Quênia, Uganda e Moçambique. Mais de 60% do total deixava de ser vendido apenas três meses depois, por apresentarem doenças fúngicas ou excesso de umidade. No retorno ao Brasil, o diretor vice-presidente da maior fabricante de sistemas de armazenagem no Brasil, a gaúcha Kepler Weber, decidiu que algo precisava ser feito e solicitou ao departamento de pesquisa e desenvolvimento da empresa que criasse um silo, que também fosse secador, com baixo custo para esse mercado.

No mês passado, o projeto ficou pronto e um protótipo criado na unidade de Panambi, no Rio Grande do Sul, foi apresentado em um seminário em Nairobi, capital do Quênia. O "Kikapu", como foi batizado o novo silo, é inovador porque tem um ventilador movido por uma célula fotovoltaica (painel solar) que seca os grãos durante a armazenagem. O modelo, desenvolvido especialmente para a África subsaariana, é oferecido em dois tamanhos: 2,5 e 6 toneladas. Já o preço deverá variar entre US\$ 4 mil e US\$ 4,5 mil.

"Na pior das hipóteses, nossas simulações mostraram que os produtores vão perder 10% da colheita. Aumentando o volume negociado e o preço dos grãos, que não terão mais a qualidade comprometida, o preço do silo será pago em um ano e meio", diz Colas. Ele sabe, porém, que os agricultores familiares desses países africanos podem até fazer esse cálculo, mas que dificilmente têm condições de adquirir o silo/secador. Por isso, a Kepler Weber está conversando com organizações não governamentais, indústrias multinacionais e tradings para negociar o Kikapu.

"Pensamos em dois modelos. Ou a empresa simplesmente instala o silo para o agricultor e compra sua produção, ou a ONG (ou trading) faz um empréstimo para que o produtor pague com grãos". Na África, há um movimento forte liderado por ONGs para que as famílias permaneçam no campo, uma vez que não há empregos nas cidades e os países em geral precisam ampliar suas produções locais de alimentos para atender às suas demandas domésticas.

Até agora, a Kepler Weber não fechou efetivamente nenhum negócio com seu novo silo. Mas, segundo Colas, a apresentação em Nairobi foi muito positiva. "Algumas ONGs ficaram realmente satisfeitas". Se o projeto for um sucesso, a intenção da empresa é passar a montar o silo, produzido no Brasil, em algum país africano. "A chapa externa e o telhado continuariam sendo feitos aqui em Panambi, mas a estrutura onde ele repousa e os sistemas de segurança poderiam ser terceirizados lá, e isso é muito bem recebido pelos mercados locais. Se acontecer, os custos cairiam e o preço final também", afirma. O silo é montado e operado pelo próprio produtor.

Mas Colas não vê na novidade algo que vá alterar os resultados da companhia, pelo menos no curto prazo. O objetivo é ampliar a presença da Kepler Weber em outros mercados. De janeiro a março deste ano, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 23,8 milhões, 176,7% maior que o do mesmo período de 2013. Já a receita líquida consolidada aumentou 45%, para R\$ 173,3 milhões.

O executivo também não vê o Brasil como uma opção para a comercialização do Kikapu, porque os menores produtores do país são maiores que os africanos e há políticas de financiamento para máquinas e equipamentos que permitem aos agricultores familiares adquirirem produtos maiores e mais potentes. A Kepler Weber já exporta para países africanos, dentre eles África do Sul, Angola, Moçambique, Egito, Uganda, Tanzânia, Nigéria, Etiópia, Cabo Verde, Quênia, Tunísia e Gana.

Protocolo de Nagoya entrará em vigor sem o Brasil. Herton Escobar – O Estado de São Paulo, Blogs. 16/07/2014

Acordo internacional sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios da

biodiversidade obteve as 50 ratificações necessárias para entrar em vigor na próxima reunião da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU, em outubro, mas Brasil não o ratificou

O Protocolo de Nagoya – um acordo internacional que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade – entrará em vigor no dia 12 de outubro sem a participação do Brasil, o país de maior biodiversidade do planeta, que trabalhou arduamente pela sua aprovação, em 2010, mas até hoje não conseguiu convencer seu Congresso a ratificá-lo.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas anunciou anteontem (14) que o protocolo ultrapassou o número necessário de 50 ratificações, e por isso entrará em vigor dentro de 90 dias – exatamente durante a realização da próxima reunião da convenção (a COP 12), de 6 a 17 de outubro, na Coreia do Sul. Países que não tiverem ratificado o acordo até lá poderão participar como observadores, mas não poderão se envolver diretamente nas discussões relacionadas ao protocolo. O Brasil, por enquanto, faz parte desse grupo; e não há nenhuma perspectiva política de que essa situação mude no curto prazo.

“É o pior cenário possível para o País”, avalia Carlos Joly, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do painel de especialistas multidisciplinares da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES, em inglês). Com as 50 ratificações, concomitantemente à COP 12, será realizada a primeira reunião oficial (MOP 1) dos países membros do Protocolo de Nagoya, que terão a prerrogativa de discutir o regimento e a implementação dos conceitos previstos no acordo. “O fato de o país com a maior biodiversidade do mundo não poder participar dessas discussões é um desastre”, afirma Joly.

Ontem, a contagem de ratificações chegou a 51 países, com a adesão do Uruguai. A lista inclui vários países do grupo dos chamados “megadiversos” (ricos em biodiversidade), como Índia, Indonésia, México, África do Sul e Peru. E alguns países mais ricos, como Espanha, Noruega, Suíça e a União Europeia.

Uma vez que o protocolo estiver em vigor, todos os países que o ratificaram terão de obedecer às suas regras no que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos baseados em recursos genéticos (genes e moléculas) da biodiversidade, assim como à repartição dos benefícios oriundos da comercialização desses produtos com as instituições, países e comunidades tradicionais envolvidas (por exemplo, no caso de fármacos ou cosméticos que utilizem moléculas naturais de plantas ou animais, e que tenham se beneficiado do conhecimento tradicional de alguma tribo indígena para isso).

Países que não tiverem ratificado o protocolo também terão de se submeter a ele, caso façam negócio com algum país membro. Por exemplo, se uma indústria farmacêutica da Suíça quiser fazer uma parceria com o Brasil para desenvolver um fármaco baseado no veneno de uma cobra brasileira, o acordo terá de obedecer às regras do Protocolo de Nagoya, porque a Suíça já o ratificou (adotou como lei).

TRAMITAÇÃO EMPERRADA

O texto do protocolo foi enviado pela Presidência da República ao Legislativo para ratificação em junho de 2012, às vésperas da realização da Rio+20. Nove meses depois, em março de 2013, foi criada uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para analisar a mensagem da Presidência e encaminhar o protocolo à plenária para votação.

Desde então, nenhum avanço. A comissão não tem relator definido, e apenas 11 dos 20 membros titulares foram indicados até agora – vários deles ligados à chamada “bancada ruralista”, que é contrária à ratificação. Há um temor da bancada de que o protocolo possa causar prejuízos ao setor agropecuário, visto que todos os principais produtos do agronegócio brasileiro (incluindo soja, cana e gado) são baseados em espécies de animais e plantas não nativas do Brasil, trazidas originalmente de outros países. O texto do protocolo, porém, diz que ele não se aplica a alimentos nem é retroativo.

“Os ruralistas tomaram conta da comissão e tudo parou por aí”, disse ao Estadouma fonte envolvida no processo. Defensores do protocolo temem que o mesmo aconteça agora com o Projeto de Lei 7735, que propõe uma lei nacional de acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos da biodiversidade (uma “versão doméstica” do Protocolo de Nagoya, considerada vital para o desenvolvimento científico e biotecnológico do País).

O PL foi encaminhado ao Congresso no final de junho, após muitos anos de negociação dentro do governo – nos quais as objeções do Ministério da Agricultura foram um dos principais entraves. O texto do projeto também deixa explícito que ele não se aplica a produtos agropecuários.

Procurado pela reportagem, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) disse por meio de sua assessoria de comunicação que “o governo federal fez tudo que era possível para convencer o Congresso a ratificar Nagoya”, incluindo um forte empenho da ministra Izabella Teixeira para convencer o setor ruralista de que o protocolo não interferirá de nenhuma forma com o agronegócio brasileiro.

Mesmo que o Congresso ratifique o Protocolo nas próximas semanas, a ratificação só terá efeito 90 dias após ser registrada oficialmente pela CDB. Ou seja, não há mais como o Brasil aderir ao acordo antes da primeira reunião das partes na Coreia do Sul.

Brasil e China assinam 32 acordos. Lisandra Paraguassu e Tânia Monteiro – O Estado de São Paulo, Economia. 18/07/2014

Aproximação beneficia vários setores, como agropecuário, mineração e automotivo, e prevê ainda parcerias em obras de infraestrutura

BRASÍLIA - Os governos da China e do Brasil assinaram ontem 32 acordos bilaterais. A lista é diversa: vão desde a construção de duas fábricas no País até o tão aguardado fim do embargo chinês à carne bovina brasileira, passando pela venda de 60 aviões da Embraer e a construção de uma linha férrea entre Mato Grosso e Goiás. Alguns anúncios feitos pelos presidentes no dia ainda não estão no papel. Os investimentos resultantes não foram computados, mas apenas as duas fábricas, de motores para ônibus urbanos e outra de equipamentos para construção civil, alcançam US\$ 400 milhões.

A visita do presidente chinês, Xi Jinping, conseguiu desenrolar dois dos principais problemas brasileiros no mercado do país: o embargo da carne e a produção de aviões pela Embraer na fábrica construída em 2002.

O embargo da carne teve altos e baixos. Em 2004, Lula chegou a inaugurar uma "diplomacia pelo estômago", levando o ex-presidente chinês Hu Jintao e sua comitiva para um churrasco na Granja do Torto, mas não conseguiu convencer os chineses a abrir as portas para o produto brasileiro. Anos depois, os frigoríficos brasileiros foram autorizados a vender por um breve momento, mas tiveram as importações suspensas quando houve suspeita da doença de Vaca Louca no Paraná, em 2012.

A suspensão do embargo estava sendo negociada, mas uma semana antes da visita ainda não estava decidida. O martelo foi batido na reunião de ontem, entre os presidentes, em um sinal de boa vontade dos chineses, e foi anunciado pela própria presidente Dilma Rousseff em declaração à imprensa, ao final da visita.

"Identificamos, ainda, amplas oportunidades de cooperação no setor do agronegócio. Nossa determinação é a de superar quaisquer dificuldades técnicas e sanitárias que limitem a ampliação do comércio bilateral. Congratulei-me com o Presidente Xi pelo levantamento do embargo e disposição de compra de carne bovina para a China, que abre grandes oportunidades para o agronegócio brasileiro", afirmou Dilma.

Os acordos também incluíram o anúncio de parcerias entre empresas chinesas e brasileiras para investimentos em infraestrutura e construção de fábricas no Brasil. Uma delas será em Campinas - prevê investimento de US\$ 95 milhões e vai produzir motores para ônibus urbanos. Outra, em Jacareí (SP), fará maquinário para a construção civil, em um investimento de US\$ 300 milhões e projeção de criar mil empregos.

Parcerias. Foram assinadas, ainda, parcerias entre Eletrobrás, Furnas e a chinesas Três Gargantas para participarem juntas na licitação para construção da hidrelétrica do rio Tapajós. Outro acordo será entre a China Railway Construction Corporation (CRCC) e a construtora Camargo Corrêa para participar das licitações para a ferrovia transoceânica, que ligará os oceanos Pacífico ao Atlântico. O primeiro trecho a ser leiloado deve ser a ligação entre Lucas do Rio Verde (MT) e Campinorte (GO).

"Vamos seguir estimulando o crescimento do comércio bilateral e fazer cooperação no setor de petróleo, energia elétrica, minério de ferro, agricultura, entre outros", disse o presidente chinês na sua declaração à imprensa. "A China está disposta a conduzir com o Brasil cooperação estratégica na construção de ferrovias e obras de infraestrutura para elevar o nível da nossa cooperação em todos os aspectos."

A Vale e o Banco da China (BOC) firmaram memorando de entendimento para cooperação em financiamentos globais. De acordo com o Palácio do Planalto, o memorando prevê financiamento do BOC para a Vale e terá validade de três anos.

Aberto processo de exportação de máquinas para África. Gabriela Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/07/2014

As indústrias brasileiras habilitadas pelo programa Mais Alimentos Internacional podem se inscrever para participar, até a próxima sexta-feira (25), do processo de negociação

dos primeiros equipamentos que serão exportados para o Quênia, um dos cinco países africanos participantes do programa.

O programa é uma cooperação técnica entre Brasil e seis países parceiros para contribuir com a segurança alimentar e fortalecer a produção brasileira de máquinas e implementos agrícolas. Atualmente fazem parte do Mais Alimentos Internacional os países africanos Gana, Zimbábue, Senegal, Moçambique e Quênia, além de Cuba.

Organizações e Movimentos se reúnem em Moçambique para discutir o ProSavana. Gabriella Avila – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/07/2014

Acontece hoje, 23, na cidade de Maputo, em Moçambique, a Conferência Triangular das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Movimentos Sociais de Moçambique, Brasil e Japão. A atividade faz parte da Campanha Não ao ProSavana, e pretende reunir as entidades para a partilha de informações e desenvolvimento de uma articulação para intensificar a resistência dos camponeses moçambicanos à demarcação de terra proposta pelo Projeto ProSavana. A CONTAG participa da Conferência, representada por seu vice-presidente e secretário de Relações Internacionais, Willian Clementino.

Este Projeto beneficia o agronegócio africano e prejudica agricultores e agricultoras familiares da região de Moçambique, e por isto está sendo feita uma grande campanha contra o ProSavana. Amanhã acontece a II Conferência Triangular dos Povos – Moçambique, Brasil e Japão, que reúne as entidades e os governos dos três países.

Problemas do ProSavana são discutidos na II Conferência Triangular dos Povos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 24/07/2014

Ontem, 23, representantes de organizações e movimentos sociais, dentre eles a CONTAG, representada por seu vice-presidente e secretário de Relações Internacionais, Willian Clementino, estiveram reunidas em Maputo – Moçambique, para a Conferência Triangular das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Movimentos Sociais de Moçambique, Brasil e Japão. O grupo se reuniu para discutir os problemas que o programa ProSavana está causando aos agricultores familiares da região.

Lideranças camponesas das províncias diretamente afetadas pelo programa falaram sobre a situação atual. Eles não têm informações sobre o programa, e até agora já foram expropriadas terras de agricultores(as) e camponeses(as) das províncias de Zambezia, Niassa e Nampula, em Moçambique. Essas lideranças aproveitaram o momento para reafirmarem a campanha “Não ao ProSavana”, e repudiaram os governos de Moçambique, Brasil e Japão, que até o momento não responderam a carta enviada em 2013 com pedido de apoio diante da situação.

“Confesso que é lamentável a situação dos agricultores(as) familiares e camponeses desta região”, disse Willian, após os relatos das lideranças camponesas das províncias. Hoje, começa a segunda parte da Conferência, com participação dos governos dos países.

Parar com ProSavana e redefinir políticas agrícolas inclusivas e sustentáveis – exigem os povos de Moçambique, Japão e Brasil. Isaura Suzete – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/07/2014

Organizações da sociedade civil moçambicana exigem que se pare com as ações do ProSavana e que haja uma coordenação entre o governo e a sociedade civil no redesenho das políticas da agricultura, dando-se maior enfoque ao apoio da agricultura familiar. Estas constatações foram feitas durante a Segunda Conferencia Triangular dos Povos – Moçambique, Japão e Brasil, realizada esta quinta-feira (24 de Julho), em Maputo com a participação de cerca de 250 pessoas, desde organizações da sociedade civil, camponeses, empresários e representantes do Ministério da Agricultura.

De acordo com um representante do ministério da Agricultura presente naquela conferencia, o ProSavana vai contribuir para a melhoria de vida das populações, prevendo-se reduzir a desnutrição crónica de 44 por cento para 30 por cento em 2015 e 20 por cento em 2020. “Apesar de o país prever o cultivo de culturas tradicionais tais como milho, algodão, castanha de caju, o país não deve ficar amarrado somente na produção dessas culturas tradicionais, por isso estamos a produzir a soja e o gergelim, porque a vida não é só comer, existem outras implicações. O ProSavana vai alimentar a industria alimentar e a exportação porque Moçambique não pode pensar que não tem outros países a sua volta”, disse aquele dirigente.

Por seu turno, o académico João Mosca contrariou aquele posicionamento defendendo que o ProSavana vai beneficiar as empresas privadas e o camponês será apenas contratado para produzir com objectivo de exportação. Acrescentou que o ProSavana não vem melhorar a vida das populações, mas pelo contrário, as empresas que operam nesse programa visam a maximização de lucros através da exportação, sem tomar em consideração a soberania alimentar.

“O ProSavana é um programa necessariamente exportador e que visa a maximização dos lucros. O Estado moçambicano não defende os pobres e isso prova-se através da distribuição da riqueza em que os pobres estão cada vez mais a aumentar no país”, defendeu João Mosca.

Ainda segundo Mosca, o modelo de agricultura que esta a ser implementado em Moçambique tem um impacto ambiental e social negativo para os camponeses e o estado não prioriza o incremento de políticas agrícolas de forma sustentável.

“A Agricultura nunca foi a base para o desenvolvimento em Moçambique e o sector camponês sempre foi marginalizado pelo governo, não obstante a Constituição da República estabelecer que a agricultura é a base para o desenvolvimento da sociedade. Está previsto que haja falta de terra no mundo, e em Moçambique estamos a assistir a entrada do agronegócio através do ProSavana. O que se verifica é o território moçambicano a ser gerido por entidades estrangeiras”, afirmou Mosca acrescentando que “a sociedade civil deve pressionar o Governo para garantir o direito dos camponeses”.

Graça Samo, da Marcha Mundial das Mulheres e Fórum Mulher, afirmou que a sociedade civil não está contra o desenvolvimento mas é importante redefinir o tipo de desenvolvimento que se pretende, para que as famílias não sofram com a perda de terra.

“Temos evidências das extensões de terras que são usadas pelas empresas e o que acontece com as famílias locais. A agricultura familiar pode ser produtiva desde que seja apoiada, e por isso temos que pensar num desenvolvimento inclusivo e garantir que os que sofrem hoje, não sofram devido a falta de terra”, referiu Graça Samo.

No âmbito das manifestações anti-ProSavana, há casos de ameaças feitas da parte de representantes do governo para com os camponeses e a alguns membros da sociedade civil, segundo revelou Luís Muchanga da UNAC.

“Exigimos que se pare com o ProSavana e se apoie a agricultura familiar. Que haja uma discussão entre sociedade civil e governo, e que se investiguem as ameaças que são feitas aos camponeses” disse Muchanga. Da parte do Brasil, segundo William, vice-presidente da CONTAG, uma organização camponesa do Brasil, a agricultura camponesa resistiu até hoje e não precisa de produtores de outros países, mas necessita de apoio aos camponeses locais.

“O Brasil exporta os malefícios do mau uso da terra, mas só no ano passado havia cerca de 16 milhões de pessoas vivendo na pobreza e passando fome naquele país da América do Sul. Isso é algo para se reflectir e Moçambique deve repensar se pretende continuar a produzir a soja para exportação ao invés de investir na agricultura familiar dando assistência técnica, créditos e organizar a comercialização. Foi o que nós como sociedade civil exigimos no Brasil, e Moçambique pode usar essa experiência”, partilhou aquele camponês brasileiro.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa